

# 1

## **Introdução: Apresentação do tema, justificativa e relevância do problema de pesquisa**

A presente dissertação tem como objetivo geral discutir a relação entre as identidades, a construção social de gênero e a perpetração da violência no contexto dos genocídios. É nossa intenção, portanto, analisar a inserção das violências contra o gênero nessas dinâmicas, tendo como foco as violências praticadas atualmente na região de Darfur (Sudão). A partir desse intuito, iluminaremos como tais construções são fundamentais para demarcar os padrões de violência contra o gênero cometidos sistematicamente e em larga escala contra homens e mulheres nessas situações.

Inicialmente, para melhor compreendermos o nosso objeto de estudo necessário se faz destacar que a definição legal de genocídio, presente na Convenção de 1948, não prevê expressamente a violência contra o gênero como um ato de genocídio. A inclusão desse tipo de violência no campo dos estudos de genocídio foi realizada após as investigações dos crimes ocorridos em Ruanda e na ex-Iugoslávia, que revelaram, por exemplo, como a violência sexual pode ser utilizada como elemento sistemático de destruição de um grupo determinado.

Na Bósnia, entre 20.000 a 50.000 mulheres e meninas foram vítimas de violência sexual, enquanto em Ruanda, esse número é estimado entre 250.000 a 500.000 mulheres. Os estupros em massa funcionavam, em ambos os casos, como tática do processo de genocídio contra a coletividade construída como rival ao grupo perpetrador.

A utilização de violência sexual em conflitos armados, de fato, já havia ocorrido em episódios anteriores aos dos dois exemplos supramencionados. Cynthia Enloe cita, por exemplo, o uso de “mulheres de conforto” pelos soldados japoneses durante a Segunda Guerra ou ainda a perpetração do estupro como instrumento de “segurança nacional” durante os governos militares, por exemplo,

no Chile, Guatemala, e nas Filipinas (Enloe, 2000b). No entanto, os conflitos em Ruanda e na ex-Iugoslávia destacaram-se dos demais casos, pois apontaram de maneira inédita para o uso *sistemático* e em *larga escala* da violência sexual como um plano político de destruição de um grupo-alvo. A partir desses eventos, novas dinâmicas de genocídio passam a ser debatidas e reconhecidas pelas literaturas sobre gênero e genocídio (Allen, 1996; Stiglmayer, 1994; Lentin, 1997; Jones, 1994; Jones, 2004; Carpenter, 2006b, Fein, 1999; De Londras, 2005; etc.)

Além da violência sexual, outro tipo de violência contra o gênero se destacou nesses dois cenários: os massacres seletivos contra homens e meninos. O massacre de Srebrenica, em 1995, é apenas um dos exemplos mais marcantes de como os perpetradores tendiam a selecionar homens para atos de execução sumária. Todavia, ao analisar a literatura tradicional sobre gênero e genocídio (como, por exemplo, Allen, 1996; Stiglmayer, 1994; Lentin, 1997; Fein, 1999), o que se percebe é o emprego da análise da violência contra o gênero como sinônimo de violência sexual contra mulheres e meninas, o que acaba por silenciar a perpetração desse outro padrão de violência igualmente baseado em construções de gênero.

Tendo isso em mente, a presente pesquisa se propõe a problematizar como a violência contra o gênero tem sido utilizada como um instrumento nos genocídios contemporâneos, destacando que, muito além de mera manifestação de violência ou consequência inevitável de um cenário de conflito, o uso da violência contra o gênero consiste em uma tática intencional de destruição aplicada pelo perpetrador.

Baseada em construções e expectativas informadas por pressupostos de masculinidades e feminilidades, a construção social de gênero interage com outras identidades (etnia, religião, etc.) para formar a figura do inimigo e apontar o modo como ele deve ser atingido pela violência. Ademais, ao incidir diretamente sobre as expectativas culturais e sociais relacionadas a papéis de gênero, esse tipo de violência funciona como um ataque indireto ao grupo como um todo por meio da utilização direta dos corpos de alguns de seus indivíduos.

Destarte, a pesquisa demonstrará como a relação entre alteridade e autorização de violência nos genocídios combina a interseção de múltiplas identidades, dentre elas o gênero, que possui caráter fundamental em informar

como se dará o desencadeamento de padrões sistemáticos de vitimização nesses contextos.

O problema de pesquisa que se apresenta acima, portanto, evidencia a necessidade de analisar o uso da violência contra o gênero nas dinâmicas de genocídio de maneira mais abrangente do que a realizada pela(s) teoria(s) feminista(s) de modo a revelar como o gênero pode representar um fator de insegurança tanto para mulheres quanto para homens nos genocídios.

Uma visão mais abrangente, i.e., que não trate o gênero como sinônimo de mulher/feminilidade, será capaz de promover um entendimento mais completo sobre as relações de gênero e o desencadeamento da violência nos genocídios. Com isso em vista, será discutido como diferentes padrões de violência estão se desencadeando atualmente em Darfur e como uma leitura enviesada acerca da vitimização feminina impede uma visão adequada de como a construção social de gênero atua de fato nesses contextos.

## 1.1

### **Justificativa teórica**

O fim da Guerra Fria favoreceu uma abertura epistemológica nas Relações Internacionais (R.I.) a partir da emergência de vozes críticas e novas temáticas como a identidade, a cultura e o gênero, por exemplo, nas análises da disciplina. A necessidade dessa abertura teria ficado clara a partir dos conflitos nacionais, étnicos e religiosos, que passam a eclodir com mais frequência a partir dessa época, apontando para a importância de novos conceitos e novas perspectivas que dessem conta das transformações então observadas no plano internacional.

A abordagem dessa pesquisa se enquadra, portanto, no debate pós-positivista das Relações Internacionais (R.I.), que levanta a importância de problematizarmos construções identitárias e culturais, que desempenham papel fundamental nos processos internacionais, mas que muitas vezes são tratadas como evidentes/fixas, como é o caso das relações de gênero (Lapid, 1989).

No campo da Segurança Internacional, essas construções sociais passam a ser discutidas de acordo com os impactos que acarretam para diferentes grupos de indivíduos, ainda que dentro de um mesmo Estado. Desse modo, houve a ampliação do conceito tradicional e do objeto de Segurança Internacional, antes

focados apenas nas dimensões políticas e militares do Estado, para a incorporação de como a construção das identidades e relações sociais exercem influência na (in)segurança de determinadas coletividades (Tickner, 2001; Whitworth, 2008; Bilgin, 2008).

Dentro desse debate, portanto, as correntes feministas das Relações Internacionais ganham mais espaço para seus questionamentos e passam a produzir um conhecimento que revela como as relações sociais são informadas por construções de gênero, institucionalizadas pelo Estado em suas práticas.

Conforme detalharemos no próximo capítulo, as feministas buscaram apontar como o conceito de segurança e o campo disciplinar como um todo não são neutros em termos de gênero, mas estão informados por construções que carregam em si pressuposições e expectativas baseadas nessas identidades. Nesse sentido, Zalewski e Enloe afirmam que: “It is ethnic or racial identities that makes the headlines. But identity has many more faces” (Zalewski e Enloe, 1995, p. 280). Em Ruanda, por exemplo, ser uma mulher Tutsi significava uma situação de (in)segurança distinta de ser um homem Tutsi, por exemplo.

No entanto, o espaço para a incorporação do gênero nas Relações Internacionais foi possível principalmente por meio da ação dos movimentos feministas que, conscientes da exclusão da experiência feminina da disciplina, passam a construir conhecimento baseado nas experiências e nas perspectivas das mulheres (Tickner, 1996, p. 150).

Essa contribuição, vale destacar, foi fundamental para os estudos de genocídio ao evidenciar como as construções de gênero atuaram no sentido de tornar as mulheres e meninas identificadas com o inimigo as principais vítimas de violência sexual. Todavia, por ter sido inserido na agenda internacional por meio do movimento feminista, esse debate se focou tão somente na discussão e em políticas voltadas para o tratamento da violência contra a mulher, excluindo a análise acerca de como essa construção social afeta também homens e meninos.

Esta dissertação objetiva apontar, portanto, que, apesar da importância da literatura feminista, o compromisso dessa teoria com a experiência feminina acabou por limitar – ainda que de maneira não-intencional - a discussão e a percepção de como a violência contra o gênero pode ser utilizada de maneira mais ampla, i.e, contra mulheres e homens. Justamente por reconhecer que a teoria que lida com o gênero vai além do feminismo, essa pesquisa trará para o debate uma

literatura mais ampla sobre gênero, que incorpora as conseqüências dessas construções sociais tanto para as mulheres quanto para os homens (Jones, 1994 e 2004; Carpenter, 2006a e 2006b; Holter, 2004; Sivakumaran, 2007).

Além da teoria de gênero, o presente trabalho realizará a análise proposta utilizando também a literatura pós-estruturalista das R.I. acerca da formação de identidades, que reconhece o caráter relacional, político, contingente e anti-essencialista das identidades. Essa contribuição nos possibilita explorar a transformação de identidades que antes conviviam harmonicamente em uma relação de violência, a partir da construção de uma alteridade ameaçadora, que autoriza condutas de aniquilação por parte dos *génocidaires*.

O arcabouço teórico pós-estruturalista de Lene Hansen e David Campbell, a ser explorado no próximo capítulo, será capaz de nos apontar para a possibilidade de mudanças de identidades e de sua relação com o “Outro” de acordo com o contexto político. A partir dessa rearticulação e da transformação do “Outro” em uma diferença inassimilável pelo “Eu”, o genocídio se torna uma alternativa política admissível. Dentro desse contexto de alteridades radicais, o presente trabalho se propõe a investigar como as identidades de gênero se articulam com a identidade do “Outro”/ vítima para constituir diferentes padrões *sistemáticos* de aniquilação perpetrados *em larga escala* em Darfur.

Por estarmos lidando diretamente com conceitos que inserem análises de gênero dentro das dinâmicas de genocídio, traremos também para esse trabalho as contribuições desenvolvidas pelo campo interdisciplinar dos estudos de genocídio (“genocide studies”). Dentre essas contribuições serão destacados os debates sobre gênero e genocídio que lidam com a construção do conceito de “*gendercide*” (generocídio), termo criado por Mary Anne Warren (1985) e resgatado por Adam Jones (2004) para se referir a atos deliberados de extermínio contra pessoas de determinado sexo.

Com isso em mente, a pesquisa realizará um debate entre a literatura existente acerca do gênero e de genocídio, proporcionando um encontro entre a corrente feminista, que enfatiza a violência contra o gênero como violências sexuais voltadas contra as mulheres, e a literatura que defende que os homens em idade de combate são, na verdade, as maiores vítimas dos massacres que ocorrem nessas dinâmicas.

Não é, de forma alguma, nosso objetivo realizar uma disputa pela maior vitimização de homens ou mulheres. Pelo contrário, buscamos tão somente iluminar padrões de vitimização que são silenciados pela literatura tradicional dos estudos de gênero. Em função disso, nos dedicaremos a minuciar como os perpetradores constroem a imagem do inimigo que se somam às construções de gênero para autorizar diferentes padrões de perpetração nesses contextos.

## 1.2 Pergunta de partida e hipótese

Tendo em vista os padrões de violência contra o gênero ocorridos durante os genocídios, a pesquisa buscará responder a seguinte pergunta: *Qual a relação entre gênero, intersubjetividade e violência na perpetração dos genocídios, particularmente, no genocídio de Darfur?*

Ao olhar para casos de violência contra o gênero em genocídios do passado não buscamos generalizar ou afirmar que a violência contra o gênero ocorre de maneira uniforme em qualquer processo de genocídio. Nossa intenção é tão somente olhar para exemplos passados de genocídio nos quais a violência contra o gênero foi amplamente utilizada (i.e, Ruanda e Bósnia) e perceber *se (e de que forma)* esses padrões se repetem atualmente em Darfur. Ao olhar para esses cenários, será possível perceber como construções locais relativas ao gênero apontam para semelhanças, mas também para algumas diferenças. As seções que antecedem cada análise de violência contra o gênero nesses cenários (capítulos 3 e 4) têm como objetivo justamente apontar como a interseção entre a imagem do inimigo em cada caso e sua interseção com as construções locais de masculinidades e feminilidades permitiram a perpetração da violência contra o gênero em cada um desses cenários não como uma generalização em si, mas como uma possibilidade aberta no contexto político a ser analisado.

A partir do estudo de caso do genocídio em Darfur, a hipótese tentativa é que *a construção social de gênero atua constitutivamente nos padrões de atuação do perpetrador durante os genocídios, informando suas percepções e condutas a partir de construções hierárquicas de masculinidade e feminilidade.*

Uma análise dos padrões de perpetração durante os genocídios é capaz de demonstrar que os padrões de atuação dos *génocidaires* estão amplamente

informados por construções sociais de gênero, que realizam uma diferenciação entre os papéis e a potencialidades de homens e mulheres nesses cenários.

A nosso ver, portanto, a construção social de gênero atua constituindo e informando a percepção dos genocidas que estão envolvidos em uma estrutura interpretativa na qual homens e meninos são lidos como a força de resistência e combatentes em potencial. As mulheres, por sua vez, tendem a ser associadas com a fragilidade, com atividades associadas ao lar, à maternidade, à sexualidade, i.e, sem força física ou expressão política. A existência dessas construções de gênero pode ser corroborada pela própria maneira como a mulher é construída nas sociedades, ou seja, a partir da imagem do maternal, do passivo, do apolítico e da sua não associação ao militarismo, o que faz com que essas mulheres tendam a ser, preferencialmente, alvos de ataques não-letais como a violência sexual, por exemplo (Jones, 2004; Carpenter 2006b).

A presente pesquisa examina se os mesmos padrões de violência contra o gênero observados em Ruanda e na Bósnia estão se repetindo atualmente no genocídio em Darfur.

### **1.3**

#### **Do método e do plano de trabalho**

Antes de iniciar a seção de metodologia desta dissertação, necessário se faz destacar a peculiaridade do objeto como o qual estamos trabalhando: o genocídio. O desencadeamento desse crime envolve a desumanização do grupo-vítima por meio da construção de uma alteridade ameaçadora a partir de uma retórica de violência e aniquilação.

Para que esse objetivo seja possível, ou seja, para se ter um “exército” de homens e mulheres capazes de se voltar contra seus vizinhos e amigos, pessoas que anteriormente compartilhavam os mesmos espaços e as mesmas identidades, há a necessidade da modificação dessas identidades, ou seja, da construção de grupo oposto como uma identidade inassimilável, o que possibilita que tais planos sejam postos em prática.

A utilização de uma conceitualização tradicional das Relações Internacionais e do campo de Segurança Internacional, portanto, não fornece um instrumental epistemológico e metodológico adequado para entender a

insegurança gerada por alteridades radicais e sexualizadas (Ackerly et al., 2006, p. 13), que emergem durante os genocídios.

Destarte, para analisar o genocídio e o gênero, suas manifestações e construções, não é possível lidar com a concepção de ciência como produção de conhecimentos objetivos, manifestações concretas ou busca rígida de causa-efeito.

Nas palavras de Ackerly et al.:

“Unlike those empirical methods that are designed to generate results that can be replicated by different scholars, however, feminist [gender] methodologies likely yield different results in the hands of different theorists. Yet, this non-reliability need not to be viewed as a weakness of feminist [gender] scholarship. Rather, it is an important implication that is explicitly recognized and directly addressed by the collective, self-reflective, and deliberative nature of feminist [gender] methodologies”. (Ackerly et al., 2006, p. 7)

Adotamos, assim, uma abordagem epistemológica e metodológica que permite o uso da interpretação e da co-constitutividade entre o ideacional, o material e as conseqüências políticas oriundas dessas articulações. É importante destacar ainda que, por termos como objeto de pesquisa governos genocidas, regiões inseguras e de difícil acesso aos pesquisadores e crimes que são ocultados, tanto pelos perpetradores quanto pelas vítimas (como é o caso, principalmente da violência sexual) há uma maior dificuldade de acesso a dados precisos sobre esses ataques. No entanto, essa dificuldade não impede a realização de um estudo qualitativo dessas dinâmicas de violência e dos padrões de vitimização realizados em Darfur, tendo em mente que:

“more important than numbers, in a gender analysis, is uncovering the differentiation and asymmetry of masculine and feminine as governing principles, idealized qualities, practices, or symbols” (Cockburn, 2001, p. 16).

Por fim, destacamos desde já que o gênero não é utilizado nesse trabalho como uma variável. Nas palavras de Steans:

“(…) employing gender as a variable missed the point somewhat, since gender was not simply the attribute of the person (...), but a social relationship. Gender cannot be viewed as a variable, because ‘one is never out of gender’. To study gender in IR was, then, to look at ‘analytically and imaginatively the who, how and why of power in the international context’”. (Steans, 2006, p. 140).

Para realizar a pesquisa proposta, teremos como uma das fontes utilizadas a análise dos testemunhos de sobreviventes, bem como investigações de campo fornecidas por relatórios de diferentes organizações internacionais e pesquisadores, que oferecem visões, resultados e descrições sobre os padrões de atuação dos genocidas e sobre o contexto político do Sudão.

Dessa forma, será percebido interpretativamente como os homens e as mulheres são diferentemente construídos, ou seja, como seus papéis e expectativas de gênero são socialmente definidos. Ao desmascarmos essas construções, iluminaremos a sua influência nos padrões de violência e insegurança experimentados por tais grupos nessas dinâmicas de genocídio.

Para escrutinarmos como os padrões de violência contra o gênero estão se desencadeando em Darfur, serão analisados todos os relatórios emitidos entre 2003-2008 pelas seguintes organizações internacionais (O.I.): Human Rights Watch (HRW), Anistia Internacional (A.I.), Physicians for Human Rights (PHR) e Médicos Sem Fronteiras (MSF). A escolha dessas O.I. deve-se ao fato de que essas instituições conduziram investigações de campo com as vítimas do genocídio de Darfur e, puderam, a partir dessas pesquisas, identificar o *modus operandi* dos perpetradores. O relatório da “International Commission of Inquiry on Darfur” elaborado para o Secretário Geral das Nações Unidas (2005), assim como o relatório realizado pelo Departamento de Estado dos EUA, conhecido como “Atrocities Documentation Survey” (ADS) (2004), também serão contemplados por apresentarem pesquisas de campo realizadas diretamente com a população local afetada pelo conflito. Serão analisadas ainda pesquisas sobre mortalidade e sobre a composição demográfica das áreas afetadas pelo conflito conduzidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela MSF.

Conforme afirmado anteriormente, todos os relatórios analisados estão baseados em pesquisa de campo e entrevistas realizadas com testemunhas dos conflitos que se encontram ainda em Darfur (regiões que à época apresentavam condições de segurança para a pesquisa), bem como internamente deslocados ou refugiados no Chade. Reportagens de veículos como o The New York Times, The Guardian, Sudan Tribune, Washington Post e UN News Centre, por exemplo, que narrem os conflitos e as perpetrções da violência em Darfur também serão considerados. Pela impossibilidade de conduzir uma pesquisa de campo e entrevistas diretas, a opção foi pela utilização de fontes que tenham sido

produzidas a partir de relatos fornecidos pelas testemunhas mais diretas do conflito. O contato com essas fontes nos permitirá examinar os depoimentos dos sobreviventes sobre como atuam os perpetradores e como o conflito está sendo conduzido.

De fato, por se tratar de um conflito altamente politizado, não se descarta a possibilidade de que alguns desses depoimentos possam ter sido exagerados ou mitigados, já que não há como precisar as circunstâncias dos depoimentos e o envolvimento dos depoentes com o conflito. Entretanto, o fato de as pesquisas terem sido conduzidas por diferentes organizações em diferentes localidades com uma grande quantidade de testemunhas e, mesmo assim, coincidirem nas indicações dos padrões de violência, aponta para a importância desses relatos como fonte de pesquisa. Portanto, os depoimentos e as conclusões dessas pesquisas possuem um valor inegável para iluminar o desencadeamento da violência, os padrões de vitimização e a percepção de perpetradores e vítimas nesse cenário.

Serão também incorporadas, em nosso estudo, fontes secundárias como livros e artigos acadêmicos de especialistas em Sudão, que, em sua maioria, também estiveram presentes em campo (Jok, 2007; De Waal, 2005; Willemse, 2007; Flint e De Waal, 2008; Prunier, 2005; Totten e Markusen, 2006). Essas fontes serão capazes de fornecer uma perspectiva histórica e cultural sobre a região de Darfur, a construção do Estado Sudanês e as relações sociais e de gênero do local.

Ao analisarmos essas fontes, buscaremos identificar o tipo de violência a que são submetidos homens e mulheres. Ou seja, investigaremos se, assim como ocorreu na antiga Iugoslávia e em Ruanda, os homens continuam sendo as maiores vítimas dos massacres e as mulheres, de violência sexual. Ao examinarmos os diferentes padrões de violência contra o gênero perpetrados nos genocídios, buscaremos entender se, durante esses conflitos, os homens e meninos em idade de combate são vítimas das mesmas construções de gênero que afetam mulheres e meninas.

Os relatórios das organizações supracitadas parecem apontar para a importância das identidades de gênero como elementos fundamentais para a construção dos padrões de violência em Darfur. Há indícios de que o estupro, por exemplo, está sendo perpetrado deliberadamente, principalmente contra mulheres

e meninas dos grupos Fur, Masalit e Zaghawa, enquanto os homens e meninos desses mesmos grupos são sumariamente executados pelas milícias Janjaweed.

A separação realizada entre homens e mulheres durante a atuação dos *génocidaires*, a identificação automática desses homens civis com rebeldes em potencial e a maior propensão dos homens serem mortos são questões apontadas nos testemunhos dos sobreviventes, por exemplo, que ajudam a nos indicar como as identidades de gênero informam a atuação desses atores.

Ademais, a partir dos testemunhos dados nesses relatórios, será analisado se, durante a sua atuação, o perpetrador de fato buscava atacar os homens e se isso se devia a uma sobreposição de sua masculinidade com a imagem de combatentes em potencial (Carpenter, 2006b). Essa relação nos indicaria que, em função de sua associação com uma imagem militarizada e pressupostos de masculinidade, os homens são as principais vítimas de massacres.

O foco deste trabalho no conflito de Darfur se deve ao fato de que se trata de um caso de genocídio ainda não submetido a uma apreciação crítica de como as violências contra o gênero estão sendo perpetradas, nessa conjuntura, como elementos do processo genocida. A análise desse conflito, portanto, fornecerá uma contribuição aos estudos de genocídio ao escrutinar se os padrões de violência contra o gênero apresentados em genocídios anteriores também se apresentam no caso em questão.

É importante ressaltar que o conflito em Darfur foi reconhecido como um genocídio em 2004 pelo governo norte-americano e por algumas organizações internacionais como a Physicians for Human Rights e a Genocide Intervention Network, por exemplo. A ONU, entretanto, não reconhece o conflito como um caso de genocídio por alegar que a “intenção de destruir” o grupo-alvo por parte do governo do Sudão não está aparente em seus atos. Ainda assim, funcionários da organização reconhecem o conflito, que matou até hoje pelo menos 300.000 pessoas<sup>1</sup>, como “the world’s greatest humanitarian crisis”<sup>2</sup>.

Em 2009, o Tribunal Penal Internacional (TPI) pareceu seguir o entendimento da ONU ao expedir um mandado de prisão contra o atual presidente do Sudão, Omar al-Bashir, acusando-o apenas de crimes de guerra e crimes contra

---

<sup>1</sup> <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/8563190.stm>>. Acesso em 15 de março de 2010.

a humanidade e afastando a acusação de genocídio contra o governante. Todavia, em fevereiro de 2010, o TPI decidiu rever a decisão, em função da apelação do promotor Luis Moreno Ocampo, para que seja reconsiderada a acusação de genocídio contra al-Bashir<sup>3</sup>. A análise realizada no capítulo 4 terá como um dos objetivos o debate acerca de como a violência desse conflito escalou a ponto de constituir um genocídio e, a partir desse processo, como a construção social de gênero atua durante o genocídio, afetando e influenciando a atuação dos perpetradores nesse caso.

O recorte temporal escolhido para a análise será de 2003 a 2008. O início do recorte foi 2003, pois nesse ano se deu o desencadeamento do conflito em Darfur, a partir de um ataque de grupos rebeldes a alvos militares do governo, o que ocasionou uma resposta repressiva de Cartum, que passou a financiar de maneira mais ostensiva a atuação dos Janjaweed, uma milícia que ataca civis e destrói suas vilas e meios de vida de maneira sistemática. Por fim, uma vez que o genocídio ainda se encontra em andamento, 2008 foi escolhido como recorte final, já que no início de março de 2009, houve a expulsão de organizações internacionais de Darfur após a expedição do mandado de prisão contra al-Bashir, o que dificultou ainda mais o acesso a dados recentes após esse evento.

Tendo em vista os objetivos desta dissertação, o próximo capítulo buscará apontar a inserção do tema dentro no debate das Relações Internacionais. Nesse mesmo momento, será destacada a importância da incorporação do conceito de identidade nas R.I. e o enquadramento da dissertação na corrente pós-estruturalista, enfatizando as contribuições teóricas de Lene Hansen e David Campbell. Discutiremos também as contribuições dos estudos de gênero e a conseqüente inserção desta construção social como elemento de análise nas Relações Internacionais.

No terceiro capítulo, demonstraremos como tais questões se manifestaram na prática, ou seja, em casos de genocídios anteriores. Destacaremos ainda como o conceito de genocídio - tal como definido pela Convenção de 1948 - se mostrou inadequado à luz dos acontecimentos em Ruanda e na ex-Iugoslávia.

---

<sup>2</sup> Nesse sentido, ver: <<http://www.nytimes.com/2004/03/20/world/world-briefing-africa-sudan-greatest-humanitarian-crisis.html?pagewanted=1>>;

<[http://www.sudantribune.com/article.php3?id\\_article=6768](http://www.sudantribune.com/article.php3?id_article=6768)>. Acesso em 30 de Janeiro de 2010.

<sup>3</sup> <<http://www.guardian.co.uk/world/2010/feb/03/sudan-president-darfur-genocide-charges>>.

Acesso em 24 de março de 2010.

Constataremos como após esses eventos foi necessário repensar esse conceito, bem como a inserção da violência contra o gênero nessas dinâmicas. A partir disso, indicaremos como esses episódios reformularam o entendimento e o conhecimento sobre a inserção do gênero nos estudos dos genocídios e de Segurança Internacional.

Ainda nesse capítulo, abordaremos quais foram as leituras realizadas acerca do uso da violência contra o gênero nesses conflitos pelas correntes que se focavam na perpetração da violência sexual, bem como as respostas mais inclusivas dessas análises, que incorporavam os massacres seletivos contra homens e meninos nessas pesquisas.

No capítulo 4, discutiremos a relação entre gênero, identidade e violência no genocídio de Darfur, identificando, assim, como a construção de gênero se manifesta na percepção dos perpetradores, informando a sua conduta no contexto da violência. Dedicaremos, por fim, um capítulo para retomarmos os principais pontos levantados e finalizarmos com as conclusões das análises realizadas.